



## CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

**Pregão Eletrônico nº 90027/2026**

**Recorrente:** Netto e Melo Ltda

**Recorrida:** Oliveira Duarte Hortifruti Ltda

### I – SÍNTESE DO RECURSO

Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa recorrente, que sustenta, em síntese, a suposta inexecuibilidade da proposta apresentada pela Recorrida, sob o argumento de que os preços ofertados estariam abaixo dos praticados no CEASA.

Todavia, como se demonstrará, o recurso carece de fundamento técnico e jurídico, baseando-se em mera presunção abstrata, desconsiderando **prova material concreta de exequibilidade**, já apresentada pela Recorrida.

### II – DA EXEQUIBILIDADE COMPROVADA POR PROVA MATERIAL (NOTAS FISCAIS)

Diferentemente do alegado pela Recorrente, a proposta da Recorrida **não é presumidamente exequível, ela é efetivamente comprovada como exequível**.

Isso porque foram juntadas **notas fiscais reais de fornecimento**, que demonstram:

1. prática reiterada de preços compatíveis com os ofertados;
2. capacidade operacional efetiva;
3. histórico concreto de execução de contratos semelhantes.

Exemplo objetivo:

Na Nota Fiscal nº 12.408, observa-se:

- **Batata inglesa:** R\$ 2,00/kg
- **Cebola:** R\$ 3,00/kg
- **Tomate:** R\$ 3,00/kg

Na Nota Fiscal nº 12.401:

- **Alface:** R\$ 2,45/unidade
- **Melancia:** R\$ 2,85/kg
- **Mamão:** R\$ 7,30/kg

E ainda, em operações diversas:

- **Batata inglesa por R\$ 1,25/kg** (NF nº 12.420)
- **Cebola por R\$ 1,10/kg** (NF nº 12.420)
- **Melancia por R\$ 1,20/kg** (NF nº 12.419)



Os próprios documentos fiscais demonstram que:

**A Recorrida comercializa, de forma habitual, produtos por valores iguais ou inferiores aos ofertados na licitação.**

Ou seja, não há hipótese de inexecuibilidade e há prova concreta de viabilidade.

### III – DO ERRO CONCEITUAL DO RECURSO (CEASA ≠ CUSTO REAL)

A Recorrente comete um erro técnico grave:

Considera o preço do CEASA como custo mínimo absoluto, contudo, o próprio boletim do CEASA informa que **não se trata de tabela fixa de preços**, mas de referência de mercado, sendo que os valores variam por: volume de compra; negociação direta com produtores; sazonalidade; logística própria e parcerias comerciais.

Portanto, **o preço do CEASA não é parâmetro absoluto de inexecuibilidade.**

E mais, a Recorrida demonstrou que **adquire ou comercializa por valores distintos do boletim**, o que é absolutamente normal no mercado hortifrutigranjeiro.

### IV – DO ENTENDIMENTO CONSOLIDADO (LEI 14.133/2021)

Nos termos do art. 59, III, da Lei nº 14.133/2021:

A desclassificação por inexecuibilidade exige **comprovação objetiva da inviabilidade.**

No caso concreto, a Recorrida apresentou **prova material (NF-e)**

Logo, **não há base jurídica para desclassificação.**

### V – DO PEDIDO

Diante do exposto, requer:

1. O **não provimento do recurso administrativo**, mantendo-se a decisão que classificou a proposta da Recorrida;
2. O reconhecimento de que a proposta apresentada é **plenamente exequível**, conforme demonstrado por prova material (notas fiscais);
3. O regular prosseguimento do certame, com a manutenção da classificação da empresa **OLIVEIRA DUARTE HORTIFRUTI LTDA.**



FRUTARIA DO OSVALDO  
CNPJ nº 26.107.046/0001-06